



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001400-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – Contrato n. 06/2022 – Contratada: Compliance Serviços de Locação e Gestão de Mão de Obra LTDA. - Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, operacional, manutenção predial, transporte e técnico.

DESPACHO Nº 1608 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de mão de obra LTDA., para a prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial, Apoio de Transporte e Apoio Técnico, pelo prazo inicial de 30 (trinta) meses, a contar de 02/05/2022, com termo final até 02/11/2024, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), em plena vigência.

A Seção de Administração Predial (SEAP), por meio da Solicitação n. 111/2023 ([1099476](#)), requereu o acréscimo de 01 (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo, com base no significativo número de contratos geridos pela unidade e insuficiente força de trabalho para atender de maneira satisfatória a todas as demandas do Tribunal. A unidade demandante informa que há viabilidade contratual e disponibilidade orçamentária para abarcar o acréscimo solicitado, registrando que o acréscimo contratual pretendido é no percentual de 0,738% (zero vírgula setecentos e trinta e oito milésimos por cento) sobre o valor do Contrato n. 06/2022/TRE-RO, correspondente ao valor de R\$ 72.466,21 (setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), em razão do aditivo contratual de 01 (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2024 a 02 de novembro de 2024.

Diante disso, a SAOFC, por meio do Despacho n. 3207/2023-GABSAOFC ([1102317](#)), enviou o processo: à COFC para certificar nestes autos a previsão de execução orçamentária da despesa no exercício de 2024, nos moldes da solicitação da unidade demandante; à SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e, após, à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na sequência, o Coordenador da COFC registrou haver previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, porém não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, visto depender de aprovação da LOA 2024 ([1103046](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 7 ao Contrato n. 06/2022 ([1103062](#)) para registro dos acréscimos pretendidos e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC ([1103076](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 318/2023 ([1103507](#)), por meio do qual opinou pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido no percentual de 0,738% (zero vírgula setecentos e trinta e oito milésimos por cento) do valor atualizado do contrato originário, com fundamento no art. 65, inciso I, letra "b" e § 1º da Lei n. 8.666/93 e, ainda, na Cláusula Vigésima Terceira, Subcláusula Primeira do Contrato Administrativo n. 06/2022. Aprovou, ainda, os termos da minuta do Termo Aditivo juntado aos autos ([1103062](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Por fim, enfatizou a necessária notificação da contratada quanto à inclusão da nova obrigação imposta pelo item LIII na Cláusula Vigésima do Contrato TRE-RO n. 06/2022.

Por sua vez, a SAOFC manifestou nos exatos termos da AJSAOFC ([1105210](#)).

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Primeiramente, registra-se que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de Abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

No caso em tela, verifica-se que a necessidade do acréscimo contratual, de 01 (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo, para o período compreendido entre 01º de janeiro de 2024 a 02 de novembro de 2024, foi devidamente justificada e detalhada pelas informações prestadas pela SEAP, unidade solicitante e gestora do contrato de terceirização ([1099476](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SEAP aduz que a força de trabalho atual da unidade é insuficiente para lidar com a complexidade e volume de responsabilidades designadas, considerando que, atualmente, a unidade gerencia cerca de 20 (vinte) contratos. Ademais, a seção lida diariamente com um considerável número de e-mails, solicitações verbais, agendamento de auditório, acompanhamento de atividades de terceirização, preservação do patrimônio público e outras atividades extraordinárias.

Como observa-se, o acréscimo no valor de R\$ 72.466,21 (setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), representa 0,738% (zero vírgula setecentos e trinta e oito milésimos por cento) do valor do Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([1103062](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

Assim, pelo exposto e pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1. AUTORIZO o acréscimo contratual no valor de R\$ 72.466,21 (setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos), que corresponde a 0,738% (zero vírgula setecentos e trinta e oito milésimos por cento) do valor do Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93;
2. AUTORIZO o acréscimo de 01 (um) posto de trabalho de Auxiliar Administrativo mencionado na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), para o período entre 01 de janeiro de 2024 a 02 de novembro de 2024;
3. AUTORIZO a inclusão do item LIII na Cláusula Vigésima do Contrato TRE-RO n. 06/2022, que diz respeito a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, regulamentado neste Tribunal por meio da Resolução TRE-RO n. 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução CNJ n. 351/2020;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. DETERMINO a demonstração nos autos da situação de regularidade da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de Mão de Obra LTDA. com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do aditivo; e

5. DETERMINO a notificação da Contratada para apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 29/12/2023, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1105310** e o código CRC **6278504E**.